

Governo descumpre lei e prejudica servidores

O Governo do Estado descumpre a lei 10.660, sancionada em 30 de março de 2016, que suspendeu os reajustes das remunerações dos servidores estaduais até que as transferências de recursos federais e a arrecadação fiscal estadual sejam normalizadas, garantindo que a partir do mês de agosto daquele ano (2016) e a cada seis meses, uma comissão paritária, composta por membros do Governo e das entidades sindicais representativas dos servidores, avaliaria as finanças do Estado para possibilitar a revisão das remunerações e subsídios.

De acordo com o previsto em Lei, ao menos três reuniões já deveriam ter sido realizadas, mas infelizmente nenhum encontro ocorreu até a presente data.

Enquanto servidores do Tribunal de Justiça foram contemplados com reajustes de 6% em 2015, 10% em 2016 e 6,3% em 2017; os servidores do Tribunal de Contas com 9%, 7% e 7,5%; e os da Assembleia Legislativa com 6%, 10% e 6,3%, respectivamente.

Os servidores efetivos do Poder Executivo Estadual amargaram 1% de reajuste em 2015 e 0% nos anos de 2016 e 2017, mesmo com a arrecadação estadual e transferências constitucionais, somadas, tendo apresentado crescimento superior a R\$ 364 milhões em 2015, comparado ao ano de 2014, R\$ 830 milhões em 2016, comparado ao ano de 2015 e R\$ 390 milhões de janeiro a julho de 2017, comparado ao mesmo período de 2016.

Considerando que os recursos dos Poderes são oriundos das mesmas fontes de arrecadação, considerando ainda que com exceção dos servidores efetivos do executivo, os demais servidores dos poderes estaduais foram contemplados com reajustes, é questionável se a **falta de revisão salarial aos servidores efetivos** ocorre em função da **má gestão do Governo Estadual** ou do **direcionamento dos recursos para pagamento de trabalhadores prestadores de serviços, comissionados e codificados**.

Cumpra-se, Secretária!

O Sindifisco-PB espera que a secretária de Administração do Estado, Livânia Farias, cumpra a determinação do Tribunal de Justiça da Paraíba, TJPB, que, por unanimidade, definiu o prazo de 30 dias para a gestora deliberar sobre o processo administrativo em que uma auditora fiscal filiada ao Sindicato pleiteia a implantação do abono de permanência ao qual tem direito.

Conforme levantamento do departamento jurídico do Sindifisco-PB, mais de 30 processos de filiados ao Sindicato, também pleiteando abono de permanência, foram julgados favoráveis, contudo, não houve cumprimento por parte do Executivo.

Outros 100 colegas estão tendo seus direitos tolhidos, haja vista o Governo não respeitar o direito a progressões funcionais.

Seminário sobre Reformas

Quais prejuízos os projetos de “reformas” que tramitam no Congresso Nacional trazem para a classe trabalhadora?

Com objetivo de se aprofundar nas discussões e buscar essas respostas, o Sindifisco-PB reúne os filiados no seminário **Por Dentro das Reformas**, evento que acontecerá de 2 a 6 de outubro, nas gerências de fiscalização do Estado.

Os expositores especialistas nos temas estarão no Seminário para discorrer sobre as propostas de reformas tributária, previdenciária, trabalhista e Lei nº 13.429/2017 (Terceirização).

O Seminário acontece em Sousa (2), Patos (3), Campina Grande (4), Guarabira (5) e João Pessoa (6), encerrando o evento.

A partir da próxima quarta-feira, os colegas já poderão garantir inscrições no formulário que vai estar disponível em www.sindifiscopb.org.br.

A Amazônia é nossa!

O Sindifisco-PB se junta à sociedade, ambientalistas, ONGs e demais entidades organizadas de todo o País que se posicionam contrárias ao decreto presidencial (9.142/2017), que extingue a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), entre o Pará e o Amapá, tornando uma área de quase quatro milhões de hectares livres para a exploração de minério por parte da iniciativa privada.

A Amazônia é um patrimônio do Brasil e, a fim de atender à sanha do capital explorador, o Governo coloca em risco toda uma biodiversidade, haja vista que a mineração provocará danos ao meio-ambiente com a inevitável morte de peixes, rios e tribos indígenas que habitam a região.

É oportuno lembrar da catástrofe em Mariana, MG.